



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – IPREV/DF

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – EXERCÍCIO 2013

A Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, instituído por meio da Lei Complementar 769, de 30.06.2008, do Distrito Federal, após analisar e aprovar as diretrizes para a gestão de investimentos originárias do Comitê de Investimentos do Instituto para o exercício de 2013 apresenta esta Política de Investimentos para análise e deliberação do Conselho de Administração, com posterior ciência ao Conselho Fiscal.

Este documento apresenta o direcionamento das ações que devem nortear a Política de Investimentos do IPREV para o ano de 2013.

Da Governança Corporativa

Ao Conselho de Administração compete fixar as diretrizes gerais de gestão dos investimentos e alocação de recursos e rever, a qualquer momento, as diretrizes e pressupostos adotadas na alocação dos recursos.

Por sua vez, caberá ao Conselho Fiscal acompanhar o cumprimento das diretrizes traçadas/aprovadas pelo Conselho de Administração e apontar eventuais distorções e irregularidades no seu cumprimento, bem como o acompanhamento da regularização das mesmas.

À Diretoria Executiva competirá acolher, ratificar e executar a Política de Investimentos, em consonância com as orientações emanadas do Conselho de Administração.

O Comitê de Investimentos, órgão de assessoramento à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração em questões relacionadas à Política de Investimentos, assessora a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, por meio de recomendações, relatórios, opiniões e proposições, sob o enfoque estritamente técnico e gerencial, amparadas em informações disponíveis no mercado e dentro das especificidades de cada operação sob análise.



Da Gestão dos Recursos

A Política de Investimentos visa estabelecer os parâmetros que nortearão a gestão de investimentos do Instituto e suas diretrizes têm por objetivo precípuo definir estratégias a serem adotadas no direcionamento e alocação de recursos de médio e longo prazos, em conformidade com normas editadas pelos órgãos reguladores e de fiscalização: Secretaria da Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (SPS), Conselho Monetário (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além das demais disposições pertinentes, no âmbito federal e/ou local.

As diretrizes constantes na Política de Investimentos têm por referencial de gestão, orientar o direcionamento dos recursos de forma a garantir do equilíbrio financeiro e atuarial no exercício de 2013, focada na obtenção da rentabilidade equivalente ou superior à meta atuarial definida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, adicionado de 6% ao ano, de acordo com o perfil de suas obrigações previdenciárias, respeitadas as restrições legais de alocação de recursos por segmento de ativos.

A gestão dos ativos do Instituto é orientada de forma a preservar a solidez do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, obedecendo critérios técnicos para o direcionamento e diversificação da carteira de investimentos, tendo por parâmetro de decisão o monitoramento contínuo do mercado e interação com técnicos de gestão de recursos de terceiros dos bancos públicos com os quais o IPREV/DF opera, de forma a estabelecer mecanismos eficazes de avaliação entre risco e retorno, preservando-se a liquidez dos compromissos previdenciários de médio e longo prazo, que garantam a cobertura das aposentadorias e pensões dos servidores do Governo do Distrito Federal.

Da natureza da gestão

Os investimentos são realizados na modalidade de gestão própria, onde o Instituto possui em sua estrutura, além do Comitê de Investimentos, um assessor especial de investimentos, diretamente vinculado à Presidência do Instituto, tendo sob sua responsabilidade a gestão da carteira de investimentos sob o enfoque estratégico, tático e operacional subsidiada por relatórios gerenciais emitidos pela Diretoria Financeira. O responsável pela gestão dos investimentos detém Certificação em Investimentos (CPA-10), com validade até 06/12/2015 junto à Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, entidade que representa as instituições que atuam nos mercados financeiro e de capitais, no Brasil.

Dos limites e das estratégias

A alocação dos recursos (Anexo 1), enquadramentos e vedações nos segmentos de renda fixa, variável e de imóveis, obedece às disposições previstas na Resolução 3.922, de 25.11.2010, do Conselho Monetário Nacional.



As aplicações são direcionadas por intermédio de carteira administrada ou em cotas de fundo de investimento geridos por instituição financeira autorizada a funcionar do Banco Central do Brasil, com elevados níveis de governança corporativa e qualidade da carteira de crédito, além de ambiente qualificado de controle e gestão de recursos de terceiros.

São credenciados para operar com o IPREV/DF: o Banco de Brasília - BRB, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, em razão dos níveis de rentabilidade satisfatórios apresentados em fundos administrados e por deterem classificação de risco soberano.

Em virtude do cenário de redução de taxas de juros por que passa o País, surge a necessidade de orientar a aplicação dos recursos previdenciários para novas modalidades de investimentos rentáveis e, ao mesmo tempo, geradores de desenvolvimento regional. Dentre as estratégias a serem adotadas no exercício de 2013, o IPREV/DF tem por meta fortalecer parcerias institucionais junto a outros Regimes Próprios de Previdência, instituições financeiras e Ministério da Previdência, com o propósito de prospectar fontes alternativas de investimentos rentáveis e que promovam desenvolvimento regional do Distrito Federal e ofereçam benefícios indiretos aos segurados do Instituto.

Do monitoramento do mercado e gerenciamento de riscos

Em virtude das volatilidades que têm sido experimentadas pelos mercados financeiros internacionais e seus reflexos no mercado financeiro e de capitais brasileiro, o IPREV-DF tem por premissa básica na sua gestão, o acompanhamento de forma sistemática das flutuações nos indicadores econômicos e seus reflexos na estrutura de ativos dos fundos investidos, de forma a mitigar os riscos de mercado, crédito e liquidez.

Do Cenário Econômico-financeiro Internacional

O cenário para a economia mundial para o próximo biênio tem convergido para a manutenção da crise financeira e forte desaceleração da atividade global, notadamente na Zona do Euro, Estados Unidos e nas economias asiáticas. Isso tem tornado cada vez mais difícil prever como os líderes dos governos desses países atuarão para desarmar a armadilha do chamado “abismo fiscal”, ou seja, o conjunto de cortes de despesas e aumentos de impostos que poderão ser implementadas para minimizar essa situação, a partir de 2013.

A Europa continua em um forte processo de desaceleração econômica e os países da zona do euro permanecem com limitações para solucionar suas questões econômicas no que tange ao endividamento público, o que tem ocasionado forte desaceleração econômica nesses países e reflexos diretos sobre a economia mundial.



Do Cenário Macroeconômico do Brasil

A economia brasileira tem se mostrado em posição um pouco mais confortável em relação às demais economias mundiais frente aos impactos da crise financeira internacional. As reservas cambiais encontram-se em patamares ainda satisfatórios e as medidas governamentais de controle fiscal e monetário têm se mostrado parcialmente eficazes.

No entanto, em função do não restabelecimento financeiro internacional, os reflexos da crise financeira mundial continuam impactando o câmbio, índices de preços e, por consequência, o nível de geração do PIB – Produto Interno Bruto.

Para 2013, o Banco Central do Brasil projeta crescimento de 3,4% no Produto Interno Bruto Brasileiro, enquanto que a estimativa para o IPC-A é de 5,42% e para a Taxa de Juros deverá situar-se no nível atual, ou seja em 7,25%.

Apesar da expansão econômica mais fraca do que o esperado, o Brasil continua a apresentar vários sinais de superaquecimento. O Brasil tem três indicadores que exigem atenção: desemprego em patamares historicamente baixos, crescimento econômico acima da tendência de antes da crise 2008 e forte expansão de crédito.

Além disso, deve-se atentar para outros fatores que impactam a economia tais como o ingresso de capitais estrangeiros e os aumentos dos preços praticados no setor imobiliário, esse último poderá ter impacto no nível de renda das famílias, o que exige constante atenção por parte das autoridades econômicas.

As medidas de política econômica associadas à desoneração fiscal para alguns segmentos da indústria têm contribuído para estimular o consumo interno e a demanda agregada e contribuir para que os efeitos da crise internacional não comprometam os níveis de crescimento econômico do País.

Das Perspectivas para a Carteira de Investimentos

Em virtude da redução já evidenciada no nível de taxa de juro no decorrer de 2012, os gestores de investimentos dos Regimes Próprios de Previdência deverão demandar junto ao mercado novas alternativas de investimentos que contribuirão para o atingimento da meta atuarial, uma vez que o mercado sinaliza a manutenção ou um crescimento pífio no nível da taxa de juros que será praticada no próximo ano, com reflexos preocupantes sobre o nível de rentabilidade das cotas de fundos de investimentos em renda fixa.

Analistas de mercado tem afirmado que os fundos de investimentos imobiliários devem continuar sendo uma opção interessante no próximo ano, porém o nível de rentabilidade não deverá alcançar os patamares tão elevados como ocorreu em 2012 impulsionadas, em grande parte, pela da Taxa Selic, que no próximo ano deve manter-se estável ou ter ligeira alta, segundo previsões do mercado.



Por sua vez, o mercado de capitais tende a apresentar em 2013 uma boa recuperação em relação aos níveis observados em 2012, considerando as recentes medidas adotadas pelo Governo Federal de estímulo a projetos de infraestrutura e redução do custo de produção pelas empresas, a exemplo do impacto positivo da diminuição da alíquota de energia elétrica para o setor industrial e empresarial.

Ademais, existe um forte potencial de investimentos em projetos já aprovados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, relativos à mobilidade urbana associados à realização dos eventos esportivos, no Brasil (copa das confederações, copa do mundo e olimpíadas), entre 2013 e 2016.

Evidencia-se, também, potencial de investimentos em empresas integrantes da cadeia produtiva do pré-sal que ensejarão níveis importantes de capitalização e consequente impacto no mercado de capitais brasileiro.

Desse modo, os gestores de investimentos deverão manter sintonia com o mercado de capitais brasileiro que se faz potencializado evidenciando-se a necessidade de diversificação de aplicações para fundos de investimentos na modalidade de renda variável, sem prejuízo das atratividades oferecidas pelos fundos de renda fixa.

Ressalte-se, também, que a Política de Investimentos deverá pautar-se em outras fontes alternativas de financiamento para o Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal, a exemplo de imóveis de propriedade do Governo que possibilitem agregar novos ativos com potencial de geração de receitas.

A Gestão de Investimentos por parte do IPREV/DF monitorará o comportamento do mercado e adotará as medidas necessárias para preservar o retorno de seus investimentos dentro dos princípios da prudência e responsabilidade na gestão de recursos públicos.

Em atendimento à Portaria MPS 519, de 24.08.2011, a Política Anual de Investimentos dos recursos do IPREV/DF, após aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração será objeto de envio do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS.

Esta Política poderá ser revista no curso de sua execução com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação.

Brasília, 13 de dezembro de 2012.

TEREZINHA MARTINS PARREIRA
Assessora Especial de Investimentos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
Presidência



Ao
Comitê de Investimentos, para apreciação, em 13/12/2012.

TEREZINHA MARTINS PARREIRA
Assessora Especial de Investimentos

À
Diretoria Executiva, em 14/12/2012,
para apreciação da Política de Investimentos 2013, aprovada por este COMIN.

TEREZINHA MARTINS PARREIRA
Assessora Especial de Investimentos

REGINA COELI PELLICANO
Diretora de Finanças e Administração

FERNANDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor-Presidente

Ao
Conselho de Administração, em 16/12/2012.

Para apreciação da Política de Investimentos 2013, aprovada por esta Diretoria Executiva.

REGINA COELI PELLICANO
Diretora de Finanças e Administração

RAQUEL GALVÃO R. DA SILVA
Diretora de Previdência

SINVAL DE MELO MONTEIRO
Diretor Vice-Presidente

FERNANDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor-Presidente

EDSON KIYOSHI MURATA
Diretor Jurídico

À
Diretoria Executiva, em 19/02/2013,

Com aprovação do Conselho de Administração

DENIVALDO ALVES DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho de Administração